

## Sarney admite a erosão dos 5 anos

**N**a intimidade de amigos e de assessores de confiança, o presidente José Sarney reconheceu na semana passada o acelerado processo de erosão da base política e parlamentar que poderia sustentar seu projeto de permanecer cinco anos como inquilino do Palácio do Planalto. Como de hábito, sempre que as coisas não dão certo, ou não vão bem, transferiu para terceiros a responsabilidade-pelo mal que acabava de constatar.

Culpou, especificamente, os deputados José Lourenço e Roberto Cardoso Alves, que vincularam o voto a favor dos cinco anos à prestação de favores oficiais. Lamentou que o *Centrão* não pudesse exibir a garra e a força demonstradas na fase da reforma do regimento interno da Constituinte. Lembrou o desgaste sofrido pelo governo com o episódio da demissão do ministro Aníbal Teixeira e, por fim, referiu a nota expedida pela CNBB.

No dia 15 de novembro último, quando a Comissão de Sistematização decidiu, por dois votos de diferença, reduzir o atual mandato presidencial para quatro anos, Sarney jogou a toalha e pareceu conformado em assistir à escolha do seu sucessor um ano depois. "A Constituinte não votará contra os anseios do povo", chegou a proclamar em entrevista a este jornal.

A estréia na cena política do *Centrão* revigorou o sonho de Sarney de manter-se no poder por cinco anos. Devotados auxiliares do presidente recolheram a toalha atirada no ringue e começaram, por ele, a bater duro nos adversários. Como um desses pingentes dos trens da Central do Brasil, o governo agarrou-se, firmemente, às costas do *Centrão*, embora fingisse nada ter a ver com ele. Seguiu de carona.

De certa maneira, foi bem-sucedido. As 317 assinaturas de constituintes ameaçadas para avalizar a emenda dos cinco anos resgataram o sonho arquivado no final de novembro. Sarney, uma vez mais, tinha a força — Ulysses Guimarães, por seu lado, assistia impotente à perda do controle sobre a Constituinte e à imposição, pelo *Centrão*, de um projeto de Constituição distante do projeto de autoria do PMDB.

Foi o auge da ofensiva comandada por um presidente que recuperara o ânimo para se manter de pé. O barulho produzido pela queda de Aníbal Teixeira do Ministério do Planejamento fez com que a sociedade atentasse para as dimensões do mar de lama que ameaça afogar as instituições em geral e a administração pública em particular. O presidente acusou o golpe.

Não conseguiu mais retomar com sucesso a ofensiva política desde então. Gorou a pretensão do *Centrão* de empurrar seu projeto goela abaixo da Constituinte. Negocia-se, ali, cada artigo, cada detalhe, e só eventualmente pode o *Centrão* ou qualquer outro grupo organizado reunir a maioria dos votos para aprovar qualquer coisa. Sarney desejou antecipar a votação sobre sistema de governo e sobre a extensão do seu mandato.

Esbarrou, de um lado, na oposição dos adeptos do mandato de quatro anos, receosos naquele momento de perder a batalha — e do outro, no caráter mercenário de parte dos que se dispõem a votar nos cinco anos. Quanto mais tempo eles levarem para votar o mandato, mais tempo terão para exigir o possível e o impossível. Começaram a dar as costas a Sarney os governadores que no final do ano passado quiseram lhe dar os cinco anos.

Na recente reunião de Montes Claros, foi o governador Tasso Jereissati, amigo pessoal do presidente, um dos que mais se empenharam para que nada se deliberasse quanto à extensão do mandato. Transfere-se o foco da preocupação dos governadores da sorte do mandato de Sarney para a sorte do capítulo sobre tributos do projeto de Constituição. No caso, colidem com o próprio presidente, que discorda da versão original do capítulo.

Como se fossem irrisórios os problemas que enfrenta, seja para governar, seja para assegurar os cinco anos que tanto quer, Sarney ainda conseguiu se atritar com a alta hierarquia da Igreja Católica. A CNBB não cabe, como sugeriu Sarney em sua carta a dom Luciano Mendes de Almeida, apontar casos concretos de corrupção dentro ou fora do governo. A tarefa cabe ao Estado, que tem, para isso, poder de política.

De outra parte, só mesmo uma visão limitada, antiga, tacanha do papel da Igreja pode almejar restringir a esfera dos seus pronunciamentos ao que se passa no interior de seminários, conventos e sacristias. Acossado por denúncias de corrupção e obrigado a cortar gastos para impedir o estouro do déficit público, não pode o governo, de resto, dar com uma mão o que está impelido a tomar com a outra.

Na Comissão de Sistematização, a vitória dos cinco anos dependeu de alguns votos da esquerda que o governo, ingenuamente, pensou atrair. No plenário da Constituinte, a vitória dependerá da bancada dos *devotos de São Francisco* — aquela que apóia o governo, qualquer governo, desde que em troca se lhe dê alguma coisa. Guardam tais devotos uma peculiaridade: satisfeitos, costumam esquecer o compromisso assumido.

Contra todas as evidências de que perderá novamente, Sarney insiste com sua obsessão dos cinco anos. Na semana em que conferiu abatido a erosão do seu sonho, animou-se com a notícia do racha do PMDB pela esquerda. Quem sabe, juntando o *Centrão* com o que sobrar do PMDB, não desse para formar o partido dos cinco anos?, indagou Sarney. Ele não se emenda.